Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
Ata da 69.ª Reunião Ordinária - 11/05/2016 - 09h00min
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - Campinas - SP

Membros presentes	
Entidade	**Representante**
AESABESP	Maria Aparecida S. de Paula (S)
ASSEMAE	Amanda Alves de Lima (T)
	Natália de Freitas Colesanti Perlette (S)
SAA e CATI	Henrique Bellinaso (T)
CDA/SAA	Oswaldo Julio Vischi Filho (T)
CETESB	Antonio Carlos Bordignon Junior (S)
Cooperativas de Holambra	Geraldo G. J Eysink (T)
DAE Jundiaí	Marilia Carolina Hertel Dutra e Simões (T)
DAEE	Walter Antonio Beccaro (T)
INEVAT	Claudia Grabher (T)
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira (T)
	Antônio Álvaro Buso Júnior (S)
Fundação José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
INEVAT	Francisco Antônio Moschini (S)
P.M. de Americana	Oscar Oliara Aranha (T)
P.M. de Itupeva	Márcia Sumagawa Oku (T)
PM de Limeira	Rubia Caroline Narcizo (S)
P.M. de Salto	Carlos Henrique Russafa Miguel (T)
PUC Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
SABESP	Adilson Octaviano (T)
SANASA	Natália de Freitas Colesanti Perlette (T)
	Amanda Alves de Lima (S)
SMA/CBRN	Natália Gomes Fernandes Branco (T)

Convidados	
Entidade	**Representante**
Consócio PCJ	Guilherme A. Valarini
Prefeitura Itupeva	Matheus R. Stefano
Prefeitura de Sumaré	Habib Jorge Goraieb
	Alan Lourenção
CATI – EDR Piracicaba	Denis Herisson da Silva

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Pauta: A pauta, a ATA e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica previamente à realização da reunião para apreciação de todos os membros. **2. Abertura da 69ª Reunião Ordinária:** A abertura da reunião foi realizada às 9:30 h pela Sra. Cláudia Grabher (INEVAT), coordenadora da CT-RN, dando boas vindas a todos os presentes e agradecendo a cessão do espaço cedido pela CATI de Campinas. Em seguida solicitou uma breve apresentação de todos os presentes para maior integração da Câmara Técnica. **3. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária anterior (68ª):** Henrique Bellinaso substituindo o secretário João Demarchi perguntou sobre correções a serem feitas na ATA da reunião ordinária anterior (68ª). Luiza apenas comentou a necessidade de correções no português na ata, principalmente equívocos na concordância. Feita a consideração a ATA foi aprovada. **4. Aprovação das *"Ações de incentivo e capacitação à conservação e proteção dos corpos d'água"*, desenvolvida em parceria Consórcio PCJ com a Petrobrás/Replan, vinculadas a outorga da empresa:** Guilherme realizou a apresentação sobre as ações realizadas. Ao final da apresentação Claudia pediu um pequeno espaço de tempo para relatar sobre as funções e ações do GT-Empreendimentos. Passando para as duvidas quanto a apresentação foi solicitado que Guilherme enviasse a CT-RN a lista das Instituições (ONGs, etc) levantadas pelo projeto. Claudia também pediu para o Guilherme se seria possível a disponibilização a CT-RN do material apresentado nos eventos realizados pelo projeto em Limeira e Amparo. O Sr. Bordignon questionou Guilherme o porque do projeto ter adquirido mudas prontas ao invés de ter realizado o investimento para a realização da produção dessas mudas. Guilherme explicou que esta demanda partiu diretamente do comitê e que a Petrobras realizou a ação da maneira solicitada pelo comitê, sendo que a mesma preferiu entregar as mudas adquiridas para ONGs que possuíam estrutura para realizar a manutenção. Bordignon ressaltou a importância da CT-RN estar atenta para este detalhe em futuras análises de projetos. Sertório aproveitou para ressaltar a importância do comitê passar a não exigir mais mudas plantadas e sim áreas restauradas. Finalizando a CT-RN aprovou o projeto apresentado. **5. Respostas referentes ao Inquérito Civil nº 211/20 14, GAEMA, causas da poluição na Represa de Salto Grande;** Claudia apresentou demanda do GAEMA para a CT-RN apresentar sugestões de requisitos técnicos sobre o tema. Bordignon perguntou se a demanda se refere somente apenas a Bacia do Rio Atibaia, Claudia confirmou que sim. Oswaldo sugeriu que seja consultado o Plano Municipal de Recuperação de Recursos Hídricos do município de Campinas e planos semelhantes de municípios pertencentes a bacia do Atibaia que porventura existam. Também foi sugerida a consulta dos dados disponíveis do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para consulta das áreas disponibilizadas pelos proprietários rurais para restauração e também a cobrança da realização do CAR por todos os proprietários rurais pertencentes a bacia. Sertorio também sugeriu a consulta de Planos de Diagnósticos Hídricos Municipais existentes ou outros estudos. Luiza também informou que a ONG Jaguatibaia e a UNICAMP possuem um projeto onde estão inclusos ribeirões, riachos e nascentes de afluentes do Atibaia e que tal projeto poderia ser consultado para ser uma possível exigência de execução. Geraldo sugeriu

CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
Ata da 69.ª Reunião Ordinária - 11/05/2016 - 09h00min
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - Campinas - SP

que sejam identificados os fragmentos florestais já existentes na bacia para que os mesmos sejam protegidos, além desses as áreas inundadas. Bordinhon complementou que o COMDEMA de Campinas possui Plano que identifica esses fragmentos no município. Também sugeriu que fosse consultada a AGEMCAMP uma vez que esta instituição vem trabalhando para realização dessas identificações a nível regional. Natália também sugeriu que sejam consultadas as ONGs que atuam na bacia para verificar os gargalos encontrados por elas. **6. Balanço final do CAR - apresentação:** Henrique realizou apresentação contendo informações dos dados cadastrados no SICAR até a data de 05/05/2016, que seria a data final para cadastro. Henrique informou que cerca de 80% da área do estado e 85% das propriedades haviam sido cadastradas. Informou que pelo portal Datageo da SMA é possível verificar os mapas de nascentes, APPs, reserva legal etc., cadastrados no CAR na bacia PCJ, sendo estes mapas apresentados aos presentes. Por ultimo Henrique informou a alteração da Lei Florestal que adiou o prazo de cadastro para os proprietários de propriedades menores de 4 módulos fiscais para 05/06/2017, e que também há um projeto de lei tramitando que altera o prazo de cadastro no CAR, para todas as propriedades, para 31/12/2017. **7. Informação sobre o levantamento em andamento da Rede de Áreas Protegidas das Bacias PCJ:** Cristiano apresentou a CT-RN as ações do grupo. Informou a necessidade de conhecer essas 37 áreas e que esta sendo realizado o levantamento dos gestores dessas áreas. Num segundo momento gerar os mapas dessas áreas. Foi solicitado que o mesmo envie a CT-RN a tabela do cadastro dessas 37 áreas. **8. Processo de retificação da Lei 9.433/97:** Claudia relatou que a agência PCJ verificou que existem diversos projetos de lei que pretendem alterar a Lei de Recursos Hidricos e que após a finalização desse levantamento será preciso a analise pela CT-RN para verificar as implicações dessas possíveis mudanças. **9. Avaliação do mérito do projeto de Recuperação Ambiental dos Córregos Boa Vista e Água Branca em Charqueada e São Pedro:** Denis (CATI) realizou uma apresentação do projeto elaborado pelas prefeituras municipais de Charqueada e São Pedro, em parceria com a CATI regional Piracicaba. O projeto pretende atuar na recuperação de matas ciliares, conservação de solos e estradas rurais. Ao final da apresentação Natália perguntou ao Denis qual seria o custo estimado da realização do PIP de uma propriedade, Denis informou que no momento se estima um custo médio de R$ 2.500,00 por propriedade. Oswaldo parabenizou o projeto. Bordignon indagou como será avaliado o impacto da execução do projeto, Denis respondeu que serão avaliados pré e pós projeto a qualidade e a quantidade da água dos córregos e que será usado também como índice a área total recuperada. Foi solicitado ao Denis que o mesmo enviasse aos membros da CT-RN a apresentação de slides. Ao final a CT-RN deliberou aprovando o mérito do projeto apresentado. **10. Outros assuntos:** O Sr. Moschini solicitou que a CT-RN elaborasse uma carta ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo se posicionando contrária ao projeto de lei que pretende vender diversas áreas públicas no estado pertencentes a APTA e outros órgãos. Claudia sugeriu que fosse realizada votação sobre o tema, para tanto os servidores públicos estaduais presentes na reunião se manifestaram abstendo-se da votação pretendida, Sendo assim a votação foi realizada sem a participação dos mesmos, sendo aprovada pela CT o envio da carta. **11. Encerramento**: a coordenadora da CT-RN Cláudia Grabher (INEVAT) encerrou a reunião às 12h e 30min agradecendo a presença e participação de todos em nome do Coordenador Adjunto Henrique (CATI) e do secretário João Demarchi (IZ).

Cláudia Grabher
Coordenadora da CT-RN

Henrique Bellinaso
Coordenador adjunto da CT-RN

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário da CT-RN